

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ



Demonstrações Financeiras
em
31 de dezembro de 2022

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo.....	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	10
3.1. Principais políticas contabilísticas.....	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas.....	17
4. Ativos Fixos Tangíveis	18
5. Ativos Intangíveis	19
6. Custos de Empréstimos Obtidos	20
7. Inventários	20
8. Rendimentos	20
9. Subsídios, doações e legados à exploração	21
10. Instrumentos Financeiros	21
11. Benefícios dos empregados	21
12. Acontecimentos após data de Balanço.....	22
13. Outras Informações	22
13.1. Créditos a receber.....	23
13.2. Diferimentos	23
13.3. Caixa e Depósitos Bancários	24
13.4. Fundos Patrimoniais	24
13.5. Fornecedores	24
13.6. Estado e Outros Entes Públicos	25
13.7. Outros Passivos correntes.....	25
13.8. Fornecimentos e serviços externos	25
13.9. Outros rendimentos.....	26
13.10. Outros gastos	27
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	27

Balauço

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	281 894,24	330 192,04
Ativos intangíveis	5	1 652,34	2 230,51
Investimentos financeiros	10	10 715,22	11 421,15
Subtotal		294 261,80	343 843,70
Ativo corrente			
Inventários	7	16 536,02	22 654,83
Créditos a receber	13.1	44 484,38	52 936,35
Estado e outros entes públicos	13.6	5 168,50	12 600,80
Diferimentos	13.2	17 451,27	23 323,55
Caixa e depósitos bancários	13.3	875 996,39	1 066 703,77
Subtotal		959 636,56	1 178 219,30
Total do Ativo		1 253 898,36	1 522 063,00
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	13.4	866 253,38	866 253,38
Resultados transitados	13.4	97 743,81	125 478,79
Resultado líquido do período		(283 843,85)	(27 734,98)
Total dos fundos patrimoniais		680 153,34	963 997,19
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	198 171,64	202 329,29
Subtotal		198 171,64	202 329,29
Passivo corrente			
Fornecedores	13.5	62 804,49	32 085,72
Estado e outros entes públicos	13.6	37 564,87	40 722,67
Diferimentos	13.2	53 494,27	45 954,35
Outros passivos correntes	13.7	221 709,75	236 973,78
Subtotal		375 573,38	355 736,52
Total do passivo		573 745,02	558 065,81
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 253 898,36	1 522 063,00

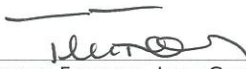
Lisboa, 28 de fevereiro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


 Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
 Presidente


 Teresa Fonseca Janz Guerra
 Vice-Presidente


 Maria Luisa Nunes Ralo
 Tesoureiro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	1 106 745,01	1 185 484,60
Subsídios, doações e legados à exploração	9	692 070,25	694 965,90
ISS, IP - Centros Distritais		628 710,63	627 552,89
Outros		63 359,62	67 413,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(45 674,95)	(40 916,37)
Fornecimentos e serviços externos	13.8	(636 375,62)	(488 746,18)
Gastos com o pessoal	11	(1 416 107,78)	(1 374 299,17)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1	(4 312,47)	2 519,73
Outros rendimentos	(13.10) 13,9	83 832,79	63 401,31
Outros gastos	13.10	(6 842,39)	(8 834,08)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(226 665,16)	33 575,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(57 178,69)	(61 310,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(283 843,85)	(27 734,98)
Juros e rendimentos similares obtidos	(13.12)	-	-
Resultados antes de impostos		(283 843,85)	(27 734,98)
Resultado líquido do período		(283 843,85)	(27 734,98)

Lisboa, 28 de fevereiro de 2023

Rasunado Mt.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Oliveira
Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO

Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
Presidente

Teresa Fonseca Janz Guerra
Vice-Presidente

Maria Luisa Nunes Ralo
Tesoureiro

Demonstração dos Resultados por Funções

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FININDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Creche	Pré Escolar	1º CEB	PERÍODOS	
					2022	2021
Vendas e serviços prestados		260 421,82	417 063,68	429 259,51	1 106 745,01	1 185 484,60
Custo das vendas e dos serviços prestados		(458 914,95)	(483 166,13)	(434 874,68)	(1 376 955,76)	(1 257 886,20)
Resultado bruto		(198 493,13)	(66 102,45)	(5 615,17)	(270 210,75)	(72 401,60)
Outros rendimentos		396 119,54	347 413,65	33 669,85	777 203,04	761 875,69
Gastos administrativos		(186 447,40)	(292 927,95)	(241 827,24)	(721 202,59)	(646 075,52)
Outros gastos		(20 541,88)	(28 131,35)	(20 960,32)	(69 633,55)	(71 133,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(9 362,87)	(39 748,10)	(234 732,88)	(283 843,85)	(27 734,98)
Resultados antes de impostos		(9 362,87)	(39 748,10)	(234 732,88)	(283 843,85)	(27 734,98)
Resultado líquido do período		(9 362,87)	(39 748,10)	(234 732,88)	(283 843,85)	(27 734,98)

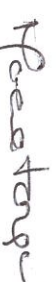
Lisboa, 28 de fevereiro de 2023

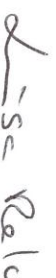
O CONTABILISTA CERTIFICADO



Carla Maria Peppolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


Maria João Jardim Janz Guerra Torral
Presidente

Teresa Fonseca Janz Guerra
Vice-Presidente

Maria Luísa Nunes Rato
Tesoureiro

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

Unidade Monetária: Euros


DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	-	-	866 253,38	221 633,08	-	(0,00)	(96 154,29)	991 732,17	-	991 732,17
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	2				(96 154,29)			96 154,29	-	-	
Transferência de resultados do exercício para resultados transitados											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4							(27 734,98)	(27 734,98)	(27 734,98)	
RESULTADO INTEGRAL	5=3+4							(27 734,98)	(27 734,98)	(27 734,98)	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	7=1+2+5+6	-	-	866 253,38	125 478,79	-	(0,00)	(27 734,98)	963 997,19	-	963 997,19

Lisboa, 28 de fevereiro de 2023


O CONTABILISTA CERTIFICADO


Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


Maria João Jardim Janz Guerra
Presidente


Teresa Fonseca Janz Guerra
Vice-Presidente


Maria Luisa Nunes Ralo
Tesoureiro

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

Unidade Monetária: Euros

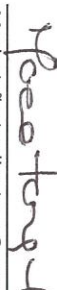
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total	
APLICAÇÃO DE RESULTADOS												
Transfêrencia de resultados do exercício para resultados transitados	2				(27 734,98)					27 734,98		-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4									(283 843,85)	(283 843,85)	(283 843,85)
RESULTADO EXTENSIVO	5=3+4									(283 843,85)	(283 843,85)	(283 843,85)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	7=1+2+5+6			866 253,38	97 743,81	-	(0,00)	(283 843,85)	680 153,34	-	680 153,34	

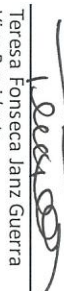
Lisboa, 28 de fevereiro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


Maria João Jardim Janz Guerra
Presidente


Teresa Fonseca Janz Guerra
Vice-Presidente


Maria Luisa Nunes Ralo
Tesoureiro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 085 577,99	1 174 035,93
Pagamento a fornecedores		(659 454,33)	(566 992,42)
Pagamentos ao pessoal		(861 172,95)	(855 619,18)
Caixa gerada pelas operações		(435 049,29)	(248 575,67)
Outros recebimentos/pagamentos		234 544,46	234 155,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(200 504,83)	(14 420,24)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3 897,21)	(13 834,88)
Ativos intangíveis		(805,34)	(3 345,60)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		14 500,00	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		9 797,45	(17 180,48)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(190 707,38)	(31 600,72)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 066 703,77	1 098 304,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.3	875 996,39	1 066 703,77

Lisboa, 28 de fevereiro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


 Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
 Presidente


 Teresa Fonseca Janz Guerra
 Vice-Presidente


 Maria Luisa Nunes Ralo
 Tesoureiro

Anexo

(Quantias estão expressas em euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

Este documento contém as divulgações pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF – ESNL), que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em referência ao exercício de 2022.

1. Identificação da Entidade

A Associação Ester Janz, pessoa coletiva de utilidade pública, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída em 1982 sob a forma de Instituição particular de solidariedade social, com sede na Avenida Infante D. Henrique, 286, Cabo Ruivo, em Lisboa.

A Associação Ester Janz visa a educação e formação de crianças e jovens, com vista ao seu desenvolvimento harmonioso integral e o seu âmbito de ação abrange a freguesia de Marvila e áreas limítrofes do concelho de Lisboa. Tem como atividades principais a Creche, Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico.

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 1 de março de 2023.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Direção.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 142/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

3.1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março que instituiu o ESNL;

A instituição adota as NCRF – ESNL na preparação das Demonstrações Financeiras desde 2012, sendo as Demonstrações Financeiras deste exercício comparáveis e consistentes com as preparadas e apresentadas no exercício anterior.

3.1.2. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por Acréscimos e Diferimentos*”.

3.1.4. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.5. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes

para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.7. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- A razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Imparidade

A instituição avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a instituição estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhece nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o ativo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinado caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos acima em ativos fixos tangíveis.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis.

- Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos Programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

3.2.3. Investimentos Financeiros

As entregas mensais para o FCT (Fundo de compensação do trabalho), efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados.

3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o último preço de compra.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando as instituições se constituem parte na respetiva relação contratual.

No final do ano a instituição avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a instituição reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros:

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. A imparidade é determinada com base nos critérios acima definidos.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Reservas especiais que incluem os resultados dos exercícios até 2007;
- Resultados transitados;
- Subsídios, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Provisões

Esta rubrica reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se esperam que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não refletem riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

3.2.9. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores, independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de gastos com o pessoal:

- Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

3.2.10. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a instituição se constitui parte na respetiva relação contratual.

3.2.11. Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas. Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a instituição, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade de saldo a receber, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

3.2.12. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.3. Alterações nas estimativas contábilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, a Direção utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras da instituição são como segue:

- Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pela instituição.

- Reconhecimento de prestações de serviços e de gastos inerentes

A Entidade reconhece os réditos e os respetivos gastos no momento em que os mesmos se tornam efetivos, ou seja, no momento em que a prestação de serviços é efetuada ou o gasto é realizado.

A utilização deste método requer que a entidade estime:

- Os réditos de serviços a prestar inerentes aos gastos efetivos já registados;
- Os gastos a reconhecer inerentes a serviços já prestados e já totalmente reconhecidos como rédito do exercício.

- Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.2.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

A instituição constitui imparidades para clientes sobre os créditos vencidos há mais de seis meses, onde calcula um ajustamento de 100% da dívida vencida.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 179 479,50	-	-	-	-	2 179 479,50
Equipamento básico	368 863,96	8 976,83	-	-	-	377 840,79
Equipamento de transporte	185 920,83	-	-	-	-	185 920,83
Equipamento administrativo	89 163,76	3 571,45	-	-	-	92 735,21
Ativos fixos tangíveis em curso	29 882,21	-	-	-	-	29 882,21
Total	2 853 310,26	12 548,28	-	-	-	2 865 858,54
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 858 036,36	45 663,64	-	-	-	1 903 700,00
Equipamento básico	344 616,31	11 799,39	-	-	-	356 415,70
Equipamento de transporte	185 920,83	-	-	-	-	185 920,83
Equipamento administrativo	86 897,37	2 732,60	-	-	-	89 629,97
Total	2 475 470,87	60 195,63	-	-	-	2 535 666,50
VALOR LIQUIDO	377 839,39	-	-	-	-	330 192,04

Let
 2021
 2

31 de dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 179 479,50	3 964,56	-	-	-	2 183 444,06
Equipamento básico	377 840,79	2 166,96	-	-	-	380 007,75
Equipamento de transporte	185 920,83	-	(172 720,83)	-	-	13 200,00
Equipamento administrativo	92 735,21	1 365,86	-	-	-	94 101,07
Ativos fixos tangíveis em curso	29 882,21	-	-	-	-	29 882,21
Total	2 865 858,54	7 497,38	(172 720,83)	-	-	2 700 635,09
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 903 700,00	43 640,52	-	-	-	1 947 340,52
Equipamento básico	356 415,70	10 508,73	-	-	-	366 924,43
Equipamento de transporte	185 920,83	-	(172 720,83)	-	-	13 200,00
Equipamento administrativo	89 629,97	1 645,93	-	-	-	91 275,90
Total	2 535 666,50	55 795,18	(172 720,83)	-	-	2 418 740,85
VALOR LIQUIDO	330 192,04	-	(345 441,66)	-	-	281 894,24

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Programas de Computador	30 982,57	3 345,60	-	-	-	34 328,17
Total	30 982,57	3 345,60	-	-	-	34 328,17
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	30 982,57	1 115,09	-	-	-	32 097,66
Total	30 982,57	1 115,09	-	-	-	32 097,66
VALOR LIQUIDO	-	-	-	-	-	2 230,51

31 de dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Programas de Computador	34 328,17	805,34	-	-	-	35 133,51
Total	34 328,17	805,34	-	-	-	35 133,51
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	32 097,66	1 383,51	-	-	-	33 481,17
Total	32 097,66	1 383,51	-	-	-	33 481,17
VALOR LIQUIDO	2 230,51	-	-	-	-	1 652,34

Os programas de computador não são propriedade da Associação Ester Janz a qual se limita a ter os respectivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

12/31
 12/31
 B
 C

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos	-	198 171,64	198 171,64	-	202 329,29	202 329,29
Total	-	198 171,64	198 171,64	-	202 329,29	202 329,29

Os empréstimos respeitam a um montante cedido pelos fundadores da Associação Ester Janz quando da sua constituição para cobrir as despesas iniciais.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias	21 265,01	13 525,50	(2 049,60)	22 654,83	3 075,50		16 536,02
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	30 830,29	-	-	36 480,64	-	-
...							
Total	21 265,01	44 355,79	(2 049,60)	22 654,83	39 556,14	-	16 536,02

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40 916,37		45 674,95
--	-----------	--	-----------

8. Rendimentos

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	14 145,50	13 448,00
Prestação de Serviços	1 092 599,51	1 172 036,60
Mensalidades	1 005 208,85	1 131 601,48
Outras actividades	81 661,66	35 520,12
Quotas e Jóias	5 729,00	4 915,00
Subsídios à exploração	692 070,25	694 965,90
Outros rendimentos	83 832,79	63 401,31
Total	1 882 648,05	1 943 851,81

9. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2022	2021
Subsídios, doações e legados à exploração	692 070,25	694 965,90
Subsídios á Exploração	677 070,25	689 765,90
ISS, IP - Centros Distritais	628 710,63	627 552,89
IEFP	45 335,62	59 493,01
IAPMEI	3 024,00	1 690,00
MUN LISBOA	-	1 030,00
Donativos	15 000,00	5 200,00

10. Instrumentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 estavam incluídos nesta rubrica, investimentos efectuados no Fundo de Compensação do Trabalho, definidos na Lei 70/2013 e que destinam a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efectivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho.

11. Benefícios dos empregados

O número de membros da Direção, nos últimos dois anos, foi de 3, de acordo com os Estatutos da Associação.

Os membros da direção da Associação Ester Janz não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 31/12/2022 foi de 69 e em 31/12/2021 foi de 75.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	1 115 871,71	1 123 979,01
Indemnizações	30 822,54	3 551,91
Encargos sobre as Remunerações	245 703,39	231 352,47
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12 089,13	11 891,28
Outros Gastos com o Pessoal	11 621,01	3 524,50
Total	1 416 107,78	1 374 299,17

12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas em Assembleia Geral da Associação Ester Janz em 31 de março de 2022.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c	13 960,65	14 516,61
Utentes	13 960,65	14 516,61
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	65 583,11	61 270,64
Utentes	65 583,11	61 270,64
Perdas por imparidade acumuladas	(65 583,11)	(61 270,64)
Utentes	(65 583,11)	(61 270,64)
Outras contas a receber	30 523,73	38 419,74
Adiantamentos ao pessoal	243,19	1 398,83
Outras operações com pessoal	240,30	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	20 928,82	21 351,21
Outros Devedores	9 111,42	15 669,70
Total	44 484,38	52 936,35

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2022	2021
Utentes	(5 612,47)	(988,75)
Total	(5 612,47)	(988,75)

Reversões do período

Descrição	2022	2021
Utentes	1 300,00	3 508,48
Total	1 300,00	3 508,48

13.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros Liquidados	4 670,13	7 281,46
Rendas antecipadas	7 823,29	7 848,89
Outras despesas c/ custos diferido	4 957,85	8 193,20
Total	17 451,27	23 323,55
Rendimentos a reconhecer		
Vendas e Prestação de Serviços a reconhecer	33 944,45	43 979,10
Outros Rendimentos a reconhecer	19 549,82	1 975,25
Total	53 494,27	45 954,35

13.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	1 789,45	1 789,45
Depósitos à ordem	874 206,94	1 064 914,32
Total	875 996,39	1 066 703,77

13.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Reservas	866 253,38	-	-	866 253,38
Resultados transitados	125 478,79	-	(27 734,98)	97 743,81
Total	991 732,17	-	(27 734,98)	963 997,19

13.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	62 804,49	32 085,72
Total	62 804,49	32 085,72

13.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 168,50	12 600,80
Total	5 168,50	12 600,80
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	12 775,57	13 461,82
Segurança Social	24 486,78	27 022,67
Outros Impostos e Taxas	302,52	238,18
Total	37 564,87	40 722,67

13.7. Outros Passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Pessoal	152,47	328,33
Remunerações a pagar	152,47	328,33
Credores por acréscimos de gastos	210 564,02	222 375,51
Outros credores	10 993,26	14 269,94
Total	221 709,75	236 973,78

Os credores por acréscimo de gastos respeitam essencialmente a direitos obtidos em 2022 e a pagar em 2023, relacionados com férias e subsídio de férias do pessoal.

13.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

CK

Descrição	2022	2021
Subcontratos	218 391,07	154 075,64
Exploração de Refeitórios	176 631,37	114 301,32
Atividades de utentes	41 759,70	39 774,32
Serviços especializados	123 622,92	78 591,99
Trabalhos especializados	23 463,41	19 997,41
Vigilância e segurança	38 763,26	32 194,69
Honorários	6 595,58	1 962,92
Conservação e reparação	54 116,95	23 889,93
Serviços bancários	683,72	547,04
Materiais	15 369,35	12 106,65
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 617,74	936,31
Material de escritório	1 337,15	172,77
Material Didático	12 414,46	10 997,57
Energia e fluidos	43 611,58	38 585,30
Electricidade	20 244,28	19 934,02
Combustíveis	9 778,08	6 672,73
Água	13 589,22	11 978,55
Deslocações, estadas e transportes	89,20	164,25
Deslocações e estadas	83,05	164,25
Transportes de mercadorias	6,15	-
Serviços diversos	235 291,50	205 222,35
Rendas e alugueres	120 462,89	96 150,61
Comunicação	4 209,27	3 342,98
Seguros	7 611,34	8 310,59
Contencioso e notariado	30,00	45,00
Limpeza, higiene e conforto	82 784,35	89 657,55
Outros serviços	2 591,65	1 790,77
Outras Atividades	17 602,00	5 924,85
Total	636 375,62	488 746,18

13.9. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	17 078,66	3 657,23
Alienações	14 500,00	-
Correções relativas a períodos anteriores	51 153,82	59 507,13
Outros rendimentos	1 100,31	236,95
Total	83 832,79	63 401,31

13.10. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Correções relativas a períodos anteriores	3 953,15	5 514,95
Quotizações	657,00	575,00
Outros Gastos	2 232,24	2 744,13
Total	6 842,39	8 834,08

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 1 de março de 2023

O Contabilista Certificado



Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

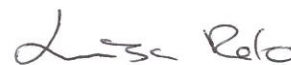
A Direção



Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
Presidente



Teresa Fonseca Janz Guerra
Vice-Presidente



Maria Luisa Nunes Ralo
Tesoureiro